



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**  
**CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



**A Mudança no Hábito de Pagamento das Pessoas Frente à Desmaterialização dos  
Títulos de Crédito: Um Estudo de Caso com Correntistas e Bancários de Picos - PI**

**The Change of Habit Payment of People Facing Desmaterialization of Securities: A Case  
Study with Account Holders and Bank Clerks of Picos - PI**

Autores: Mayhallen Cristhinna Rocha Piauilino<sup>1</sup>, Rita de Kássia de Sousa Carvalho<sup>2</sup>, Fagunes Ferreira de Moura<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> *Graduanda em Administração pela UFPI;*

<sup>2</sup> *Graduanda em Administração pela UFPI;*

<sup>3</sup> *Professor da UFPI, mestre, orientador.*

**FICHA CATALOGRÁFICA**

**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**

**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**V437c** Piauilino, Mayhallen Cristhinna Rocha.

A Mudança no Hábito de Pagamento das Pessoas Frente à Desmaterialização dos Títulos de Crédito: Um Estudo de Caso com Correntistas e Bancários de Picos - PI – 2015.

CD-ROM : il.; 4 ¼ pol. (21 f.)

Artigo(Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2015.

Orientador(A): Prof. Ms. Fagunes Ferreira de Moura.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
 CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
 COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO  
 Rua Cícero Eduardo S/N - Bairro Junco - 64.600-000 - Picos - PI.  
 Fone (89) 3422-1087 - Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA  
 DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Mayhallen Cristhinna Rocha Piauilino e Rita de Kássia de Sousa Carvalho

**A Mudança no Hábito de Pagamento das Pessoas Frente à  
 Desmaterialização dos Títulos de Crédito: Um Estudo de Caso  
 com Correntistas e Bancários de Picos – PI**

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

**Aprovado(a)**

**Aprovado(a) com restrições**

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 03 de julho de 20 15.

*Fagunes Ferreira de Moura*

Prof. M.e Fagunes Ferreira de Moura  
Orientador

*Welbert Feitosa Pinheiro*

Prof. M.e Welbert Feitosa Pinheiro  
Examinador 1

*Gustavo Picanço Dias*

Prof. M.e Gustavo Picanço Dias  
Examinador 2

## RESUMO

Com a constante informatização, vem ocorrendo a desmaterialização que vem a ser a substituição do documento de papel pelo meio eletrônico. Diante disso, a pesquisa tem por objetivo analisar a substituição dos títulos de créditos tradicionais com enfoque no cheque, pelos meios eletrônicos. Inicialmente abordou-se a origem dos títulos de crédito fundamentado em Miranda (2006), Mamede (2008) e Ramos (2014). Logo em seguida foi exposto o impacto que o Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB) teve em relação ao desuso do cheque, baseado nos dados do Banco Central (BACEN) e Moreira (2002) e, conseqüentemente, analisou-se a desmaterialização dos títulos embasados por Fazzio Junior (2009) e Pedroso (2011). Os métodos de pesquisa utilizados foram pesquisa de campo e explicativa de caráter quantitativo e qualitativo com perguntas estruturadas para os correntistas e semiestruturadas aos bancários. Observou-se que para os bancários o ideal seria informatizar todos os documentos prevalecendo a praticidade. Além disso, todos os dados encontrados, a partir do questionário estruturado aplicado aos correntistas, apontam para a possível substituição do cheque. Com base no estudo é possível afirmar que a desmaterialização dos títulos ocorreu junto com o desenvolvimento tecnológico, otimizando as relações comerciais.

**Palavras-chave:** Título de Crédito. Cheque. Desmaterialização. Meio Eletrônico.

## ABSTRACT

With constant computerization, it has happened the dematerialization which happens to be the replacement of paper documents through electronic means. Therefore, the research aims to examine the replacement of traditional credit bonds with a focus on the check, by electronic means. Initially aimed the origin of substantiated securities in Miranda (2006), Mamede (2008) and Ramos (2014), was soon exposed the impact that the Brazilian Payment System (SPB) was compared to disuse of the check, based on the Central Bank and Moreira (2002) and consequently analyzed the dematerialization of securities grounded by Fazzio Júnior (2009) and Pedroso (2011). The research methods used were the search field and explanatory quantitative and qualitative questions with structured and semi-structured to account holders to bank. It was observed that for bank ideally computerize all documents prevailing practicality. In addition, all the data found through the structured questionnaire applied to holders point to the possible replacement of the check. Based on the study we can say that the dematerialization of securities occurred along with the technological development optimizing trade relations.

**Keywords:** Securities. Check. Dematerialization. Electronic Means.

## 1 INTRODUÇÃO

Os títulos de crédito são uma das principais fontes que promovem a circulação de riquezas, os mesmos vêm sofrendo a influência da globalização e informatização, vencendo o tempo e o espaço. E isto, segundo Alves (2009), somente é possível em virtude de o título de crédito ser um direito a uma prestação futura com fundamento na confiança – boa-fé e prazo – e o seu surgimento se deu em razão da necessidade de se fazer circular a riqueza com certa rapidez. Com a evolução da sociedade e da tecnologia, o volume das relações comerciais se intensificou, fato que alterou a forma dos títulos de crédito, adaptando-os à nova realidade.

Dentre os títulos de créditos existentes, o cheque é uma das mais conhecidas forma de pagamento, os efeitos das mudanças sociais também incidem sobre a sua utilização. Devido a constante informatização dos processos, não seria diferente nas formas de pagamento, portanto, já se fala na “desmaterialização do título de crédito”, ou seja, a substituição do documento escrito por meios eletrônicos.

Não se sabe ao certo quando surgiu o cheque, pois há divergências entre os especialistas quanto à sua criação, sendo que alguns acreditam ter sido os romanos outros os holandeses, mas o que se sabe é que o mesmo já foi um dos principais instrumentos de pagamento utilizados. O cheque no Brasil, segundo a legislação vigente, é indiscutivelmente uma ordem de pagamento à vista, nos termos do artigo 32 da Lei nº 7.357/85, conhecida como Lei do cheque. No Brasil foi em 1906 quando o então Presidente Rodrigues Alves, por intermédio do Ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões, confiou ao Dr. Ubaldino do Amaral, na época presidente do Banco do Brasil, a elaboração do anteprojeto de Lei sobre a regulamentação de cheque no País (MIRANDA, 2007).

Com a sua evolução ao longo do tempo, o cheque foi aprimorando-se e apenas em 1991 ocorreu a digitalização das assinaturas, haja vista que até então os cheques eram conferidos de forma visual (PEDROSO, 2011). No entanto, o mesmo está atualmente em declínio gradativo em sua utilização, devido à informatização e a modernização dos bancos a fim de agilizar os procedimentos bancários, a melhoria em seus serviços prestados e, conseqüentemente, minimizar falsificações e fraudes, sendo que são essas as razões para o desenvolvimento de novas formas preferências de pagamentos, com a ajuda da tecnologia. Neste sentido, o declínio do cheque deve-se ao surgimento dessas novas formas de pagamento disponíveis (transferência eletrônica de crédito, débito e crédito direto, cartões de pagamento) e a reforma feita em 2002 pelo Banco Central (BACEN), no SPB, com o objetivo de limitar o crédito concedido aos bancos e obtendo garantia de retorno, segundo Pedroso (2011).

Além da modernização dos meios de pagamento e a reforma no SPB, fatores culturais, como a resistência de pequenos comerciantes à aderirem as novas tecnologias devido a relação de confiança existente entre estes e sua clientela mais antiga, também podem influenciar no desuso ou não do cheque, embora muitas empresas tenham passado a adotar os novos meios eletrônicos de pagamento, algumas ainda possuem receio, preferindo à nota promissória, duplicata e ao próprio cheque. Porém, é evidente o declínio desses meios tradicionais de crédito, que se deve ao fato do surgimento das novas modalidades de quitação de débitos, a saber: o cartão de crédito e débito e as transferências de créditos. Apesar de o uso do mesmo está em queda, ainda há uma pequena parcela de pessoas e empresas que preferem, na hora do recebimento, optar por este meio de pagamento, sendo que sua utilização é predominante nas classes A e B.

A presente pesquisa foi realizada no município de Picos localizada na região centro-sul do Piauí, num ponto estratégico, situado entre picos montanhosos e no cruzamento de várias rodovias. Cortado pelo trecho inicial da Transamazônica, encontra-se localizado aqui o principal entroncamento rodoviário do Nordeste, ligando o Piauí ao Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia, com uma população flutuante de 3 (três) mil pessoas por dia, vinda de

cerca de 40 (quarenta) cidades próximas fazendo assim com que as relações comerciais sejam intensificadas proporcionando uma maior circulação de títulos de créditos.

Assim, a presente pesquisa busca responder o seguinte questionamento: diante do surgimento dos modernos instrumentos de pagamentos no mercado de consumo, como tem sido visto a diminuição do uso do cheque por parte dos correntistas e bancários das agências bancárias da cidade de Picos-PI?

Adicionalmente, esse trabalho tem como objetivo analisar a substituição dos títulos de crédito tradicionais, com enfoque no cheque, pelos meios eletrônicos, levando em consideração a relação existente desse declínio com a reforma do SPB e a evolução tecnológica. Esse estudo torna-se relevante devido a importância que o cheque teve na sociedade e ao grande número de negociações que ainda são realizadas através dele, mas que atualmente tornou-se visível sua constante decadência provocada pela grande mudança da informatização.

Será abordada a princípio a origem dos títulos de crédito em geral e logo em seguida a do cheque, que é o principal objeto de estudo do trabalho, e a sua constante evolução no decorrer do tempo e ainda os reflexos jurídicos provenientes da virtualização dos títulos de crédito. No tópico seguinte será feita uma análise do impacto que a reformulação no SPB trouxe no desuso do cheque, provocando o desestímulo na utilização deste para outros meios de circulação de capital. E por último será exposto os fatores e vantagens que determinam a preferência da sociedade pelos meios eletrônicos de pagamento frente aos tradicionais e a substituição crescente do cheque pelas novas formas de pagamento.

Logo em seguida será exposta a metodologia empregada, explicitando a forma como a pesquisa foi elaborada. Por conseguinte, será apresentada a análise e discussão dos resultados obtidos a partir dos questionários aplicados aos participantes da pesquisa. E por fim, as considerações finais verificando se os resultados corroboraram ou não com o estudo realizado.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A fundamentação teórica do presente estudo teve como principais autores Brito (2002), Moreira (2002), Triches e Bertoldi (2006), Miranda (2007), Figueiredo e Artes (2008), Mamede (2008), Bertoldi (2009), Beserra e Miranda (2009), Fazzio Junior (2009), Pedroso (2011), Nunes (2013), Ramos (2014) e os relatórios do BACEN (2013).

### **2.1 Origem dos títulos de crédito**

Historicamente pode-se dizer que o homem começou produzindo nos tempos primitivos para sua própria subsistência, não sendo possível identificar a existência de um comércio. Logo com o crescimento das populações esse sistema passou a ser inviável para um grande número de população, passando então a existir a prática do escambo que seria a troca de mercadoria por mercadoria. Com o desenvolvimento das relações humanas, a permuta de um produto foi sendo substituída por itens intermediadores (sal, metais preciosos, prata e ouro) que serviam como um tipo de moeda até a criação do próprio papel-moeda que com o passar do tempo não vinha mais conseguindo suprir as necessidades do comércio, sendo assim criados os títulos de crédito.

A partir de então, a própria moeda já não conseguia atender à dinâmica e à complexidade do mercado, e de acordo Ramos (2014), foi para preencher esse vazio que surgiram os títulos de crédito, os quais servem até hoje para tornar mais rápida e mais segura a circulação de riqueza. Neste sentido, coube a Césare Vivante a melhor conceituação dos títulos de crédito, assim destacada por Bertoldi “título de crédito é o documento necessário para o exercício do direito, literal e autônomo, nele mencionado” (BERTOLDI, 2009, p. 367).

Miranda (2006, p. 3) contribui para a discussão ao definir crédito como “a transação entre duas partes, na qual uma delas (o credor) entrega à outra parte (o devedor) determinada quantidade de dinheiro, bens, ou serviços, em troca de uma promessa de pagamento futuro.” Sendo assim, os títulos de créditos funcionam como uma promessa segura de retorno de pagamento baseando-se na confiança do cumprimento das obrigações que facilita as transações, tornando-as possíveis, rápidas e ampla principalmente porque a pessoa pode se beneficiar de uma coisa hoje que o pagamento só será feito posteriormente.

Segundo Ramos (2014), o regime jurídico que trata das regras, princípios e características especiais visando o bom funcionamento e a segurança de quem se beneficia do uso dos títulos de crédito, chama-se direito cambiário ou direito cambial o sub-ramo do direito empresarial. Portanto, para que seja válido o uso de qualquer título de crédito (cheque, duplicata, nota promissória, cartão de crédito e débito) ele tem que está de acordo com as exigências legais previstas no “Código Civil de 2002 na sua Parte Especial, Livro I, Título VIII, Capítulos I a IV (art. 887 a 926)” (RAMOS, 2014, p. 439).

Os princípios básicos e caracterizadores dos títulos de crédito são: a cartularidade, a literalidade, autonomia, independência e abstração sendo cada um dele regido pelo artigo 887 do Código Civil. Mamede (2008), define a cartularidade como indispensável à posse do documento original para o exercício do direito ao crédito, já a literalidade é o princípio onde só pode ser cobrado o que se encontra expressamente nele consignado, ou seja, o direito é limitado pelo que o título contém, a autonomia que é o princípio que demonstra que cada relação jurídica existente no título de crédito é uma relação nova independente não podendo ser invalidada as demais, a independência que traduz a ausência de lastro ou remissão entre o título de crédito e elementos que lhe sejam externos e estranhos e por último a abstração traduzindo uma ausência de causa necessária para emissão da cártula.

De acordo Ramos (2014), os títulos de crédito se diferenciam em relação a três aspectos, a saber: ao modelo (podendo ser vinculados ou livres), à estrutura (podendo ser ordem de pagamento ou promessa de pagamento) e à natureza (podendo ser títulos causais ou abstratos). Dentre os títulos de créditos mais conhecidos estão: a nota promissória, a duplicata, o cheque e a letra de câmbio, que são títulos regidos pelo princípio da cartularidade e que nos últimos anos vem perdendo espaço frente ao avanço tecnológico que tem virtualizado os dados que constavam em cártula.

Em decorrência da virtualização dos títulos de crédito, o novo Código Civil (2002, p. 93) apresenta a previsão legal de títulos através de dados eletrônicos, conforme explicita o Art.889, §3º: “o título poderá ser emitido a partir de caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e que constem da escrituração do emitente, observados os requisitos mínimos previstos neste artigo”. Assim, é inegável o constante avanço tecnológico provocado pelos recursos da informática na administração do crédito, influenciando o ordenamento jurídico para que se adeque as necessidades da sociedade moderna, que vive em constante mudança.

Dentre os títulos de créditos existentes, está o cheque, que é uma ordem de pagamento à vista, para pagar determinada quantia em dinheiro ao favorecido, encerrando, assim uma obrigação de pagamento. Conforme Pedroso (2011), a primeira referência ao cheque feita no Brasil foi em 1845, quando foi fundado o Banco da Bahia, desde essa época sua utilização veio evoluindo, servindo até como cartão de visitas dos bancos.

Porém, não se sabe ao certo quando surgiu o cheque, pois suas origens são pouco conhecidas e incertas. Segundo Mamede (2008), o cheque tem sua origem ligada à letra de câmbio que era a forma encontrada de levar dinheiro fazendo o uso da cártula (letra) que determinava o valor que o beneficiário podia fazer seu pagamento. O autor ainda argumenta que a evolução para o cheque se deu pela pré-vinculação do sacado, por meio do depósito, bem como pelo abandono da *distancia loci*, ou seja, a referência ao trajeto entre o local do

saque e o local do pagamento. No entanto, foi na Inglaterra que surgiu a denominação cheque tornando conhecido e difundido com a forma mais aproximada da forma atual. No Brasil, a palavra “cheque”, só apareceu com a edição do “Decreto nº 149-B, de 20 de Julho de 1893, em seu artigo 16” (BESERRA; MIRANDA, 2011, p. 3).

O cheque está disciplinado atualmente pela Lei nº 7.357 que entrou em vigor em 1995. De acordo Mamede (2008), o cheque constitui uma ordem incondicional de pagamento imediato de valor determinado, sendo formulada pelo titular de uma conta bancária contra a instituição financeira responsável pela mesma. Dessa forma, por ser uma ordem de pagamento, o cheque é sempre dirigido a alguém para pagar a um terceiro ou ao próprio emitente. Portanto, a operação com cheque envolve três agentes: o emitente, o beneficiário e o sacado. O emitente é quem emite o cheque, o beneficiário é aquele que se beneficiará com as vantagens constadas no título e o sacado refere-se ao banco.

Não se emite o cheque com a intenção de um vencimento futuro já que o mesmo constitui uma ordem de pagamento a vista, “razão pela qual o emitente deve ter fundos disponíveis em poder do sacado, como estipulado pelo artigo 4º da lei nº 7.357/1985 que é a lei que regula o cheque” (MAMEDE, 2008, p. 247). Além do mais, existe um prazo para a apresentação do cheque ao sacado, que são contados a partir do dia da sua emissão, sendo de 30 dias quando passado na praça onde deva ser pago.

Assim, o pagamento do cheque extingue uma, algumas ou todas as obrigações cambiárias a partir do momento em que o possuidor realizar a apresentação do cheque, junto a instituição financeira sacada para pagamento, desde que existam fundos disponíveis na conta do emitente, deverá ocorrer a liquidação do mesmo.

## **2.2 O Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB) e seu impacto na utilização dos cheques**

O SPB, que pode ser entendido também por Câmaras de Compensação e de Liquidação, é um conjunto de regras, normas, procedimentos e operações, realizadas por meios eletrônicos pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN), a fim de facilitar as transações interbancárias entre os vários agentes econômicos (indivíduos, governo, empresas privadas).

Brito (2002) define o SPB como sendo um conjunto de normas, padrões e instrumentos que comandam a transferência de valores entre os vários agentes econômicos bancários e não bancários, utilizados principalmente pelas instituições financeiras para transferir recursos do pagador para o recebedor, encerrando assim uma obrigação, tanto em moeda nacional quanto em moeda estrangeira. Esses recursos podem ser transferidos por meio de cheques, cartões de crédito, transferências eletrônicas, documentos bancários de crédito e débito e papel-moeda.

Desde 1921, quando surgiu a primeira câmara de compensação no Rio de Janeiro, o SPB vem evoluindo, visando aumentar sua eficiência e integridade melhorando assim os controles de risco no SFN. Atualmente, de acordo Costa (2000) o SPB é regulado pelo BACEN e é composto por quatro câmaras de compensação. Neste sentido, a redução do risco sistêmico tem sido, provavelmente, a principal motivação do BACEN para proceder às modificações no sistema nacional de pagamentos, “sobretudo após as inúmeras dificuldades experimentadas pelo sistema bancário brasileiro de adaptação a um ambiente de taxa de inflação civilizada” (MOURA, 2000, p. 8-9).

Em 2002, foi feita uma reforma significativa em sua estrutura, a criação pelo BACEN do Sistema de Transferências de Reservas (STR) e a implementação de *clearings* (câmaras eletrônicas para registro e liquidação das negociações dos ativos financeiros em circulação no mercado e que funcionam a partir do conceito de Liquidação Diferida por Valores Líquidos (LDL), Moreira (2002). Dentre os vários objetivos dessa mudança, o principal teve como foco melhorar a administração de riscos, implantando assim o STR, que conforme Moreira (2002)



é o Sistema de Transferência de Reservas, operado pelo Banco Central, o qual adota o conceito de liquidação pelo valor bruto em tempo real, ou seja, processa as transferências de fundo entre as contas de reserva bancária, operação por operação, no momento em que estas ocorrem. Isso significa que esse sistema opera em tempo real, ou seja, quando for solicitada uma transferência, se houver saldo em reserva bancária, será feita instantaneamente, senão houver saldo a transação ficará pendente até a chegada do crédito, ou quando for o caso recusá-las.

Por conseguinte, essas transações de recursos em tempo real valerão apenas para valores acima de R\$ 5.000 (cinco mil reais), haja vista que os bancos têm por obrigação recolherem compulsoriamente ao BACEN altas parcelas do valor dos Documentos de Crédito (DOC) e cheques superiores a este valor. Neste sentido, cria-se um custo para bancos e clientes, o que acaba desestimulando a realização dessas transferências pelos meios tradicionais, conseqüentemente, “Transferência Eletrônica disponível (TED) é uma opção mais barata e mais eficiente, pois o DOC é liquidado no dia seguinte e o cheque, em até dois dias, dependendo do seu valor. Esse fato contribuiu para a redução do uso de cheques” (PEDROSO, 2011, p. 14-15).

Por esses e outros motivos que essa reforma teve um impacto significativo na diminuição da utilização dos cheques, fazendo com que muitos brasileiros optassem pelos modernos meios de pagamento, deixando de lado os meios tradicionais. Segundo Brito (2002), até 1979, o cheque e o DOC, desempenharam um papel praticamente exclusivo e importante como instrumentos de liquidação financeira. Porém, com a transferência fundos, por meio eletrônico, operada por esses sistemas especiais, implantados em 2002, acabaram por substituir esses instrumentos.

Em 1983, surgiu o Sistema Nacional de Compensação, o qual interligou todo o país e melhorou o uso do cheque como instrumentos de liquidação financeira. Em 1988 surgiu a Compensação eletrônica, dando velocidade e segurança ao Serviço de Compensação de Cheques e outros papéis. Em 2002, nasceu o novo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), regulamentado pela Lei nº 10.214, de 27.03.2001, e baseado no Sistema de Transferência de reservas (STR), um sistema de liquidação bruta em tempo real de transferência de fundos entre seus participantes (BACEN, 2009).

Antes de entrar em vigor o novo SPB, o sistema era composto por quatro câmaras de compensação (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, Centralizadora da Compensação de Cheques - Compe e câmbio). “Esse sistema de pagamentos apresentava-se bastante vulnerável, uma vez que a maior parte das liquidações ocorria por meio da Compe, que era desprovida de instrumentos de controle de riscos” (TRICHES; BERTOLDI, 2006, p. 314).

Com a reestruturação do SPB, houve novas regras que, conseqüentemente, trouxeram mudanças significativas, a saber, de acordo com dados do BACEN (2014), os sistemas de compensação e liquidação, depósito centralizado e registro de ativos financeiros e de valores mobiliários, que integram o SPB são, os sistemas de transferências de fundos, que compreende o, Sistema de Transferências de Reservas (STR), a centralizadora da compensação de cheques (Compe) dentre outros. Dessa forma Triches; Bertoldi (2006, p. 315), afirmam que o “STR passou a ser o centro do processo, organizando e administrando as transferências de recursos as contas de reserva bancária.”

A reestruturação do SPB trouxe mudanças e impactos relevantes em todo o SFN. No que se refere ao comportamento dos meios de pagamento tradicionais (cheques, DOC e etc.) que é o principal foco de estudo deste trabalho, esse sistema modificou o perfil de utilização dos instrumentos de pagamento no país. Além do mais, houve um crescimento do uso dos

débitos e créditos diretos, dos cartões de crédito e de débito e uma diminuição do uso de cheques, principalmente de grandes valores, devido a expansão dos pagamentos por meios eletrônicos. “Após a implantação do STR em 22 de Abril de 2002, o movimento de liquidação na Compe, em volume, foi reduzido significativamente” (SOUSA; PINTO, 2003, p. 26).

### 2.3 A substituição dos documentos tradicionais de crédito por meios eletrônicos

Os títulos de crédito, conforme explicitado, são documentos representativos de crédito que surgiram a fim de facilitar as transações comerciais desde a idade média. Com a informatização e a constante evolução tecnológica bancária, esses documentos tradicionais de crédito (cheques, duplicatas e notas promissórias) foram aos poucos sendo deixados de serem utilizados e, conseqüentemente, a fim de acompanhar a evolução e complexidade das transações econômicas, surgiram os meios eletrônicos (cartões de pagamento, transferências eletrônicas de crédito, débito direto etc.). Com isso:

A expansão do uso do ‘dinheiro de plástico’ (cartões de crédito) como meio de pagamento em detrimento do uso direto de moeda manual e escritural, a difusão das contas remuneradas e de diversos outros instrumentos que convertem automaticamente meios de pagamento convencionais (depósitos à vista) em aplicações financeiras e vice-versa e as chamadas contas-garantidas (cheques especiais), que permitem saques a descoberto em contas correntes (até o limite previamente contratado entre o banco e o depositante), são algumas das inovações recentes que ilustram a elasticidade do sistema de pagamento moderno (MOREIRA, 2002, p. 166).

Esses instrumentos eletrônicos de crédito são utilizados para facilitar as transações financeiras, trazendo praticidade e principalmente a rapidez do uso desses novos meios de pagamento, fazendo com que aos poucos os documentos de papéis sejam deixados de lado “os meios de papel têm um custo maior, pois ocupam espaço, geram custos de transportes e possibilitam fraudes, ao passo que os meios eletrônicos são mais seguros” (PEDROSO, 2011, p. 17). Além disso, as obrigações liquidadas por cheques, por exemplo, não são feitas em tempo real, como acontece atualmente através do Sistema de Transferência de Reservas, pois muitas vezes demoram até dois dias para que o mesmo possa ser compensado, isso se tiver fundos, caso contrário é devolvido para o banco gerando custos, diminuindo a sua rentabilidade.

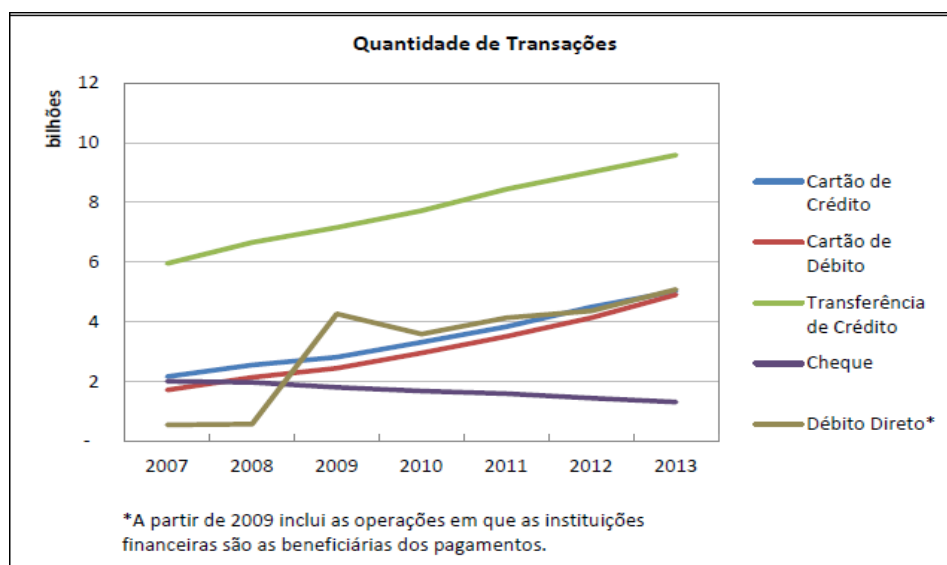
No entanto, a implementação de recursos tecnológicos (*internet banking*, Sistema de Transferência de Reservas, comércio eletrônico) no setor bancário fez com estes passassem a incentivar a redução do uso do cheque criando até tarifas para provocar a migração deste para outros meios de circulação de capital, pois conforme Pedroso (2011) há a redução de custos, redução do risco operacional, possibilidade de ampliar a clientela, maiores ofertas de serviços virtuais, maior alcance geográfico e menos clientes nas agências, e para os clientes uma maior flexibilidade, segurança e facilidade na utilização de novas tecnologias. De acordo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) “internet banking é o canal preferencial do cliente bancário e representa 39% do total de transações” (FEBRABAN, 2013, p. 6)

Com isso, Fontes; Nunes (2007) acreditam que o fenômeno da desmaterialização se configura como um processo de desenvolvimento intelectual do homem, que usa, a sua capacidade de criar instrumentos que visem facilitar as atividades rotineiras permitindo maior segurança. Percebe-se assim que aos poucos o cheque não é mais a preferência de pagamento dos brasileiros, e que em um futuro próximo sua utilização pode vir a ser extinta.

Fazzio Júnior (2012) observa que o cotidiano de hoje demonstra que aos poucos a sociedade vai abandonando o pagamento por papel-moeda e o desvirtuamento do cheque, a

segurança e certeza de liquidação são alguns dos fatores que determinam essa mudança. Se o cotidiano demonstra o abandono do pagamento por papel-moeda, a insegurança e a demora na hora da compensação do cheque determina a preferência atual por outros instrumentos de pagamentos, como os cartões de débito, os cartões de loja, o débito automático em conta e as transferências interbancárias. “Certamente, a segurança e a certeza da liquidação são os fatores que determinam esse fenômeno” (FAZZIO JÚNIOR, 2009, p. 391).

Pedroso (2011) contribui com a discussão sobre a substituição do cheque ao afirmar que isso deve-se também ao fato do reflexo direto da evolução do SPB, da evolução da tecnologia bancária e ainda à maior inserção bancária e tecnológica da população brasileira. Além disso, segundo o autor, o cheque vem perdendo espaço em duas frentes: em grandes quantias e em pequenas quantias, devido a transferência de crédito (DOC, e principalmente TED) nos grandes pagamentos e pelos cartões de crédito/débito nas pequenas liquidações. A Figura 1 ratifica a decadência do cheque de uma forma mais clara:



**Figura 1 – Quantidade de transações realizadas pelas diferentes formas de pagamento de 2007 a 2013.**

Fonte: BACEN, 2013

Através da Figura 1 observa-se que quase todos os instrumentos de pagamento tiveram crescimento ao longo dos anos, exceto o cheque que teve redução ao longo do tempo, o que demonstra a preferência das pessoas por outras formas de pagamento. Em 6 (seis) anos, o cheque foi o único instrumento de pagamento que sofreu queda em relação aos demais meios. A insegurança no uso do cheque é um fator determinante, para que outros meios de pagamento supram a necessidade da utilização deste, pois os mesmos são documentos alvos constantes de falsificações e fraudes, altamente tarifados pelas instituições bancárias e objetos de inadimplência e é essa realidade, dentre outros motivos já demonstrados, que comprova a perda gradativa da sua importância na sociedade e na economia, graças também a evolução da tecnologia, a sua substituição já é algo bastante atual.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa objetiva-se analisar as causas pelas quais os instrumentos de pagamento de papel, com enfoque no cheque, estão perdendo espaço no mercado de consumo. A partir disso desenvolve-se um estudo de caráter quantitativo e qualitativo. O primeiro envolve a quantificação dos resultados obtidos, medindo a frequência e a intensidade de comportamentos, atitudes e motivação de um determinado público-alvo nos quais são mais adequadas para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados (ANDRADE, 2010).

Qualitativo também, pois pretendeu-se a obtenção de dados descritivos sobre pessoas ou lugares com a situação estudada, procurando entender os acontecimentos segundo a visão dos entrevistados (ANDRADE, 2010). Esse estudo é caracterizado como pesquisa de campo, que segundo Vergara (2007), é uma investigação empírica do local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo não havendo interferência do pesquisador sobre eles.

A pesquisa de campo tem como objetivo conseguir informações acerca de um problema a fim de comprovar sua existência, analisando e interpretando os dados com base em uma fundamentação teórica. Além do mais, esta investigação ainda pode ser considerada como uma pesquisa explicativa, pois além de registrar e analisar os fenômenos estudados esclarecem quais fatores contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno (VERGARA, 2007).

### **3.2 Definição da população e amostra da pesquisa**

O universo de pesquisa deste trabalho são os bancários e pessoas físicas que possuem conta corrente em quatro agências bancárias públicas e privadas da cidade de Picos-PI, sendo eles o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Bradesco e o Banco Itaú.

A abordagem foi feita com 60 correntistas das referidas instituições bancárias e seus respectivos gerentes ou responsáveis. O critério utilizado para essa pesquisa foi o de amostragem por acessibilidade ou por conveniência, um tipo de amostragem não probabilística, que de acordo com Gil (2010), constituiu o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem, sendo destituída de qualquer rigor estatístico.

### **3.3 Definição do instrumento e plano de coleta de dados**

Os instrumentos que foram utilizados na coleta de dados são os questionários (para os correntistas) e as entrevistas (para os bancários). O questionário foi elaborado com assertivas fechadas, claras e objetivas, visando oferecer um maior número de informações a respeito do tema. Os questionários foram focalizados, a fim de que, com um roteiro preestabelecido com os tópicos que foram abordados pudessem ser comparadas as diferenças entre as respostas dos entrevistados (LAKATOS; MARCONI, 2007). Este tipo de entrevista confere mais liberdade para o entrevistado, pois as perguntas não são rigidamente formuladas e o entrevistado pode alongar-se em determinados tópicos, trazendo mais informações (ANDRADE, 2010).

A coleta de dados foi realizada em quatro instituições bancárias, no período de 15 de junho ao dia 23 de junho de 2015, dentre elas públicas e privadas, a saber, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco e o Banco Itaú, respectivamente, nas agências do município de Picos-PI com o intuito de se obter uma parte do universo, escolhida segundo os critérios de representatividade elaborados (VERGARA, 2007).

Adicionalmente, foram elaborados dois questionários para os participantes da pesquisa, a saber: o primeiro foi um questionário estruturado (ver Apêndice B), aplicado aos correntistas, utilizando a escala de Likert de cinco pontos, com a mesma variando de 1 (um)

discordo fortemente a 5 (cinco) concordo fortemente; o outro foi um questionário aberto (ver Apêndice C), com perguntas discursivas, aplicado aos bancários.

A fim de preservar a identidade dos bancos entrevistados, utilizaram-se legendas específicas, ou seja, identificadas pela sequência de “Banco 1, Banco 2 e Banco 3.”

Dentre as limitações encontradas, destaca-se a resistência de alguns dos participantes da pesquisa que informaram falta de tempo e a indisponibilidade de um dos bancos, sendo assim aplicado o questionário para apenas três instituições bancárias entre os bancários.

### **3.4 Estratégia de análise de dados**

Os dados foram tratados *Microsoft Excel*<sup>®</sup>, calculando as frequências percentuais e absolutas dos dados coletados e, por conseguinte, gerando figuras que permitissem uma melhor análise de dados, a fim de estabelecer comparações entre eles. Para o tratamento dos dados qualitativos, foi utilizada a análise de conteúdo, que é uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática, e quantitativa do conteúdo evidente da comunicação (LAKATOS & MARCONI, 2007).

O objetivo da análise e tratamento dos dados é organizar e classificar os dados para que deles se extraiam as respostas para os problemas propostos, que foram objeto da investigação. Os resultados encontrados nas amostras são estimativas daqueles que seriam encontrados na investigação global do universo (ANDRADE, 2010).

O tipo de análise utilizada para o tratamento dos dados quantitativos foi a estatística descritiva, utilizada com o objetivo de descrever, organizar e resumir os dados coletados, permitindo assim que se obtivesse uma visão global da variação dos elementos. Neste sentido, Gil (2010) explicita que a estatística descritiva organiza e descreve os dados de três maneiras: por meio de tabelas, gráficos e medidas descritivas.

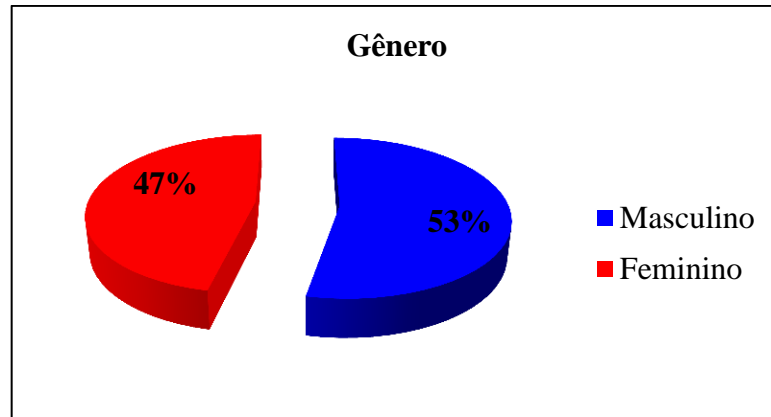
## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **4.1 Resultado do questionário estruturado aplicado aos correntistas**

Os títulos de crédito vêm sofrendo modificações desde as suas origens, a fim de facilitar as relações de compra e venda, mas com a crescente evolução tecnológica, os mesmos foram sendo substituídos pelos meios eletrônicos para facilitar as relações comerciais.

Nesse contexto, a pesquisa foi desenvolvida com foco na substituição do cheque, um título de crédito que já foi muito utilizado na sociedade, mas que hoje em dia vem perdendo sua importância, visto que isso foi confirmado na referente pesquisa. Adicionalmente, a presente pesquisa teve como objetivo analisar os motivos do desuso deste meio de pagamento, assim como as novas formas de quitação de débito e a influência do comércio eletrônico nas formas de pagamento.

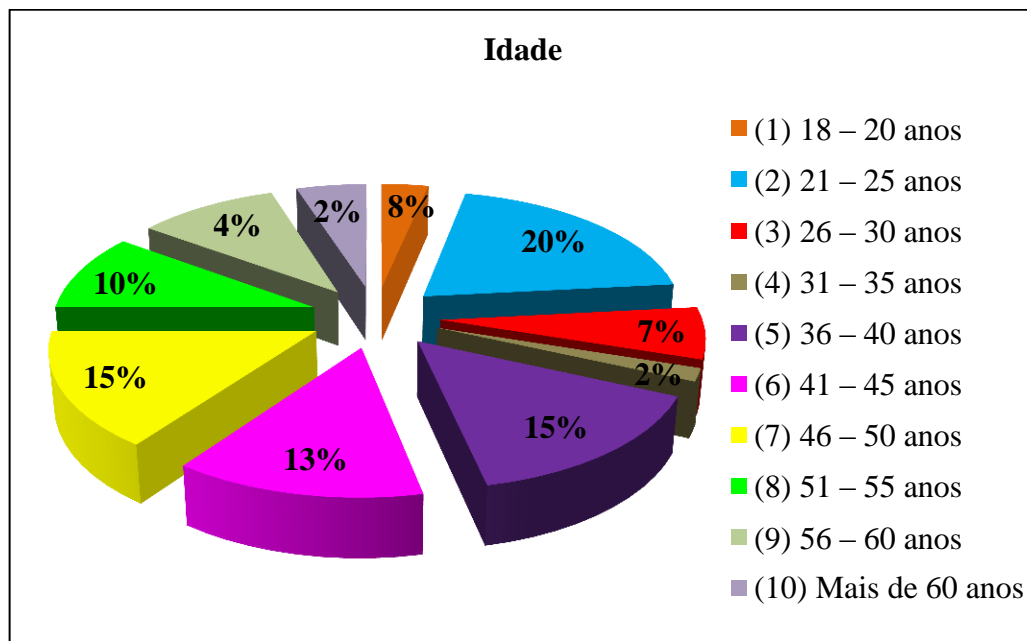
Considerando-se o gênero dos participantes da pesquisa, buscou-se conhecer tal informação. Assim, com base nos resultados explicitados na Figura 2 da página seguinte, constatou-se que a maioria dos entrevistados foi do sexo masculino (com 53%) e, para o sexo feminino, 47%.



**Figura 2 – Distribuição dos participantes da pesquisa por gênero**

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras

Ao analisar a faixa etária dos entrevistados, conforme a Figura 3 verificou-se os seguintes percentuais mais significativos: 20% dos mesmos têm idade entre 21 e 25 anos; 15% têm idade entre 36 e 40 anos; e outros 15% com 46 e 50 anos.



**Figura 3 – Distribuição dos participantes da pesquisa por faixa etária**

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras

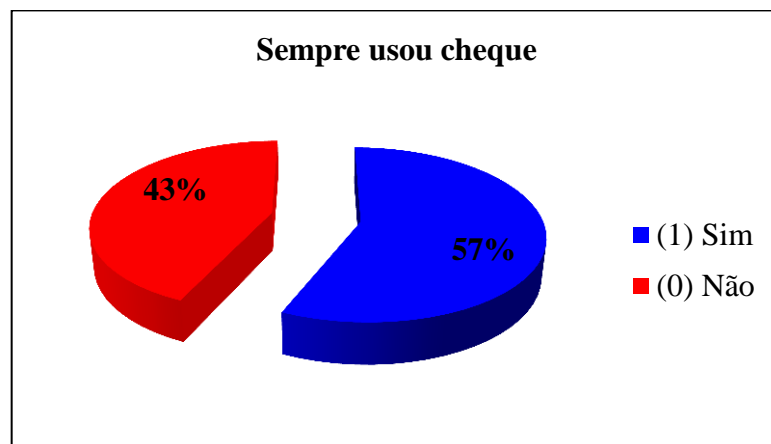
No diz respeito ao nível de instrução dos participantes da pesquisa, a Tabela 1 da página seguinte apresenta os resultados. Com isso, constatou-se que a maioria dos mesmos possui nível médio (Da 1ª à 3ª Série do 2º Grau), com 38,33%; 36,66% possuem Curso Superior; 8,33% possuem Especialização; e 1,66% Mestrado.

**Tabela 1 – Caracterização do nível de instrução dos participantes da pesquisa**

Ordem	Maior nível de instrução obtido	Porcentagem
0	Sem instrução	0%
1	Até a 4ª Série (1º Grau Menor)	1,66%
2	Da 5ª à 8ª Série (1º Grau Maior)	0%
3	Da 1ª à 3ª Série do 2º Grau	38,33%
4	Curso Técnico	13,33%
5	Curso Superior	36,66%
6	Especialização	8,33%
7	Mestrado	1,66%
8	Doutorado	0%
<b>TOTAL</b>		<b>100%</b>

Fonte: elaborado pelas pesquisadoras

Buscou-se conhecer também se os entrevistados sempre usaram cheque. Sob esse aspecto, a Figura 4 da página seguinte ilustra que a maioria deles (57%) sempre usou cheque, enquanto 43% nunca fizeram uso do mesmo.

**Figura 4 – Distribuição dos participantes da pesquisa se sempre usaram cheque**

Fonte: elaborado pelas pesquisadoras

Como é possível perceber, uma parcela significativa ainda afirma que sempre utilizou o cheque como forma de quitação de débitos, devido muitas vezes às finalidades específicas do mesmo, no entanto essa utilização não é frequente e aos poucos esse panorama está sendo moldado adaptando-se a realidade da desmaterialização provocada pela evolução tecnológica. Conforme a Figura 1 é possível notar esse declínio ao longo dos anos.

Todavia, ao analisar a participação financeira dos cartões (de crédito, débito, de loja), Figueiredo e Artes (2008) afirmam que diferentemente do que está ocorrendo em termos transacionais esses instrumentos continuam irrelevantes como valores, ou seja, sua utilização é predominantemente no varejo, explicando assim, o resultado obtido da Figura 4. Ainda segundo os autores, essa fraca contribuição financeira dos cartões para o mercado pode ser explicada adicionalmente pelo alto nível de inadimplência (especificamente o cartão de crédito) no mercado brasileiro que acarreta redução nos limites de crédito e assim como o cheque, também é passível de fraudes.

Além do mais, considerou-se pertinente conhecer há quanto tempo os participantes da pesquisa usam cheque, sendo que os referidos resultados encontram-se explicitados na Tabela

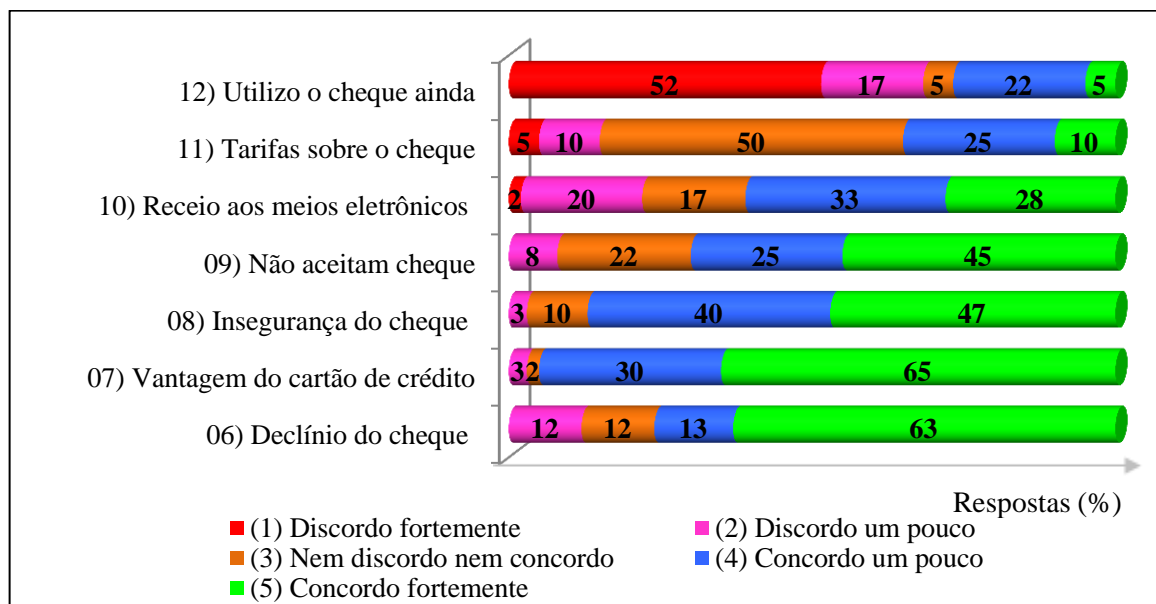
2. Dessa forma, os resultados mostram que a grande maioria deles (45%) usam esse instrumento de pagamento de 0 (zero) a 2 (dois) anos; 16,66% usam de 5 (cinco) a 7 (sete) anos; e 35% usam acima de 7 (sete) anos.

**Tabela 2 – Caracterização do tempo em que os participantes da pesquisa usam cheque**

Ordem	Tempo que usa cheque	Quantidade	Porcentagem
1	De 0 a 2 anos	27	45%
2	De 3 a 5 anos	2	3,33%
3	De 5 a 7 anos	10	16,66%
4	Acima de 7 anos	21	35%
<b>TOTAL</b>		<b>60</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaborado pelas pesquisadoras

Adicionalmente, investigaram-se às formas de pagamento tradicionais e eletrônicas, cujos resultados encontram-se explicitados na Figura 5, compreendendo as assertivas 6 a 12. Com isso, a assertiva 6 mostra que 63% dos participantes da pesquisa acreditam que o cheque encontra-se em declínio. Esse resultado confirma a informação explícita na Figura 1, onde o cheque é o único instrumento de pagamento que apresenta decadência ao longo dos anos. Ainda nesse sentido, o BACEN (2005) acredita que esse declínio deve-se ao fato da modernização, que segundo ele, é entendida como o aumento da participação dos instrumentos eletrônicos de pagamento frente aos instrumentos de papel.



**Figura 5 – Concordância em relação às formas de pagamento tradicionais e eletrônicas, relativa às assertivas 6 a 12**

Fonte: elaborado pelas pesquisadoras

Acerca da vantagem de se utilizar o cartão de crédito, a assertiva 7 mostra que 65% dos correntistas consideram pertinente a praticidade dessa forma de pagamento. Com isso os dados sugerem que os cartões de crédito, devido as suas vantagens, são os principais substitutos do cheque. Tal constatação pode ser vista na visão de Figueiredo e Artes (2008) que esses instrumentos de pagamento atendem à demanda por agilidade dos estabelecimentos, pois são mais práticos e fáceis de serem utilizados sob a ótica do cliente.



No que se refere aos fatores que contribuem para o abandono do cheque como forma de pagamento estão a insegurança e a demora na compensação do mesmo, a assertiva 8 comprova tal afirmação apontando que 47% dos entrevistados concordam fortemente e 40% concordam um pouco. Sobre este aspecto, Pedroso (2011) explica que no caso do cheque a liquidação não é em tempo real podendo levar até dois dias e em caso de falta de fundos o cheque é devolvido gerando custos para o banco, diminuindo a sua rentabilidade.

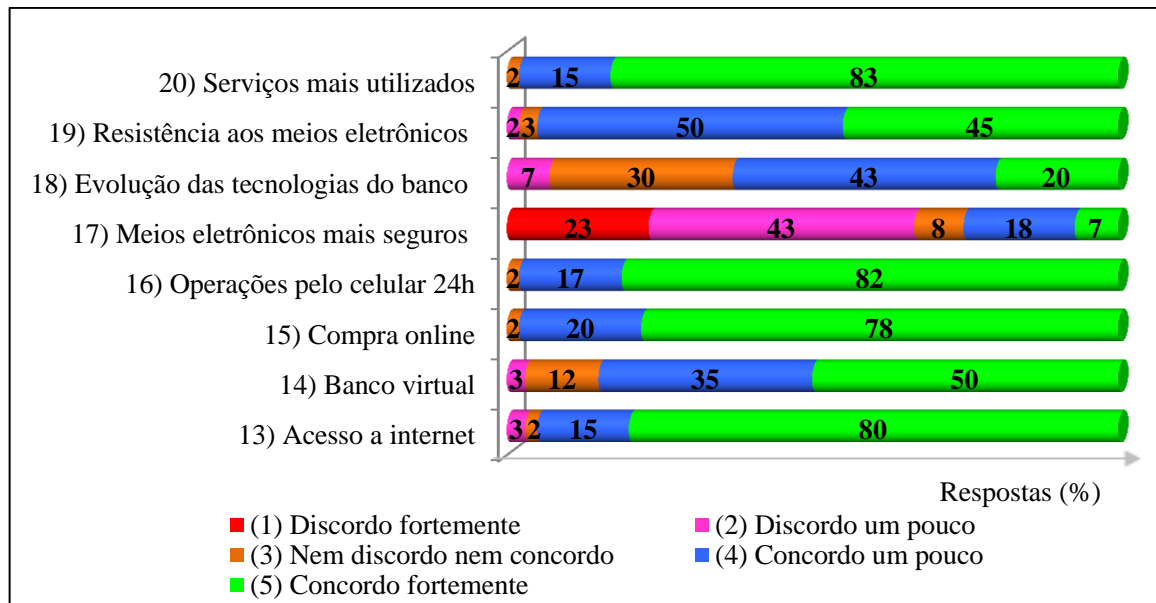
Ainda sobre os fatores que determinam a decadência do cheque encontra-se a redução de estabelecimentos que aceitam o mesmo, conforme a assertiva 9, 45% dos participantes da pesquisa concordam fortemente com esse fator. Partindo desta premissa, Fontes e Nunes (2007) acredita visível, que a atividade comercial vem passando por mudanças nas atividades mercantis decorrentes da forte presença dos recursos da informática.

Continuando na mesma linha de raciocínio a assertiva 10 afirma que ainda há receio dos pequenos comerciantes a aderirem aos novos meios de pagamento eletrônico, 28% concordam fortemente e 33% concordam um pouco e ainda 17% não souberam nem concordam e nem discordam. Nesse contexto, Abbade e Noro (2012) observam a grande necessidade de buscar uma maior compreensão a respeito do modo como a sociedade reage e se adapta às mudanças diante da revolução tecnológica na qual se vivencia associada à constante alteração no modo de vida e no comportamento dos consumidores.

O cheque por si só já apresenta tarifas que são cobradas de acordo com o serviço utilizado pré-estabelecido entre as partes com finalidades específicas, mas no que se refere a tarifas com o intuito de estimular a migração 50% dos correntistas não souberam opinar sobre a assertiva 11 onde se afirma que os bancos passaram a cobrar tais tarifas. O BACEN estabeleceu mecanismos legais que visavam estimular a migração dos instrumentos convencionais (via de regra, cheque e DOC) para os novos (FIGUEIREDO; ARTES 2008).

O aumento da participação dos instrumentos eletrônicos de pagamento frente aos instrumentos de papel fez com que 52% dos entrevistados, na assertiva 12, discordassem fortemente que ainda utilizam o cheque como forma de pagamento e 17% discordam um pouco, esse resultado deve-se ao fato segundo Figueiredo e Artes (2008) da evolução dos sistemas de pagamento locais e do aparecimento de instrumentos de pagamentos eletrônicos menos arriscados gerado vários esforços de migração e eliminação da “cultura” do cheque.

As assertivas de 13 a 20, ilustradas conforme a Figura 6 da página seguinte trata da influência do comércio eletrônico na mudança das formas de pagamento, contribuindo assim indiretamente no desuso do cheque. Segundo Alves (2009), *internet* é a rede mundial de computadores que viabiliza a utilização de milhões de computadores conectados e interligados entre si, com objetivos variados como o envio de correios eletrônicos (*e-mail*), comércio eletrônico (*e-commerce*), ensino à distância etc. Em vista disso 80% dos correntistas, na assertiva 13, concordaram fortemente que o acesso à *internet* contribuiu para a mudança nos hábitos de pagamento, através do comércio eletrônico.



**Figura 6 – Concordância em relação à influência do comércio eletrônico no desuso do cheque, relativa às assertivas 13 a 20**

Fonte: elaborado pelas pesquisadoras

No que se refere ao aparecimento do banco virtual, que trouxe a possibilidade de realizar operações *online* sem a necessidade de ir ao banco, 50% dos correntistas, na assertiva 14, concordaram fortemente e 35% concordam um pouco que as transações financeiras tornaram-se mais práticas, rápidas e menos custosas. Logo Abbade e Noro (2012) reforçam a discussão afirmando que para os bancos que adotam o banco virtual ou *internet banking*, além deste proporcionar um aumento de valor a ser entregue aos clientes, a tecnologia representa uma oportunidade de redução de custos operacional e aumento de eficiência, não restando dúvidas que com as inovações do *internet banking* o fim desejado para as transações comerciais são realizadas com mais celeridade.

A tecnologia, conforme Hanauer e Romancini (2012) faz com que todos se adaptem a nova realidade trazida por a mesma, assim a compra de bens e serviços pela internet tem ganhado importância, juntando-se o fato da praticidade e comodidade de comprar *online*, visto que a pessoa sem sair de casa e por meio de um clique pode ter o bem de consumo e o serviço que desejar. A pesquisa confirma este fato, na assertiva 15, com 78% dos entrevistados concordando fortemente que por causa dessas vantagens utilizam mais o cartão de crédito contribuindo assim para o aumento do uso desses novos meios de pagamento.

Na assertiva 16 é abordado que devido à tecnologia, algumas transações virtuais podem ser feitas pelo celular, (conhecidas como *mobile banking*) com acesso à *internet*. Uma vez que, segundo Hanauer e Romancini (2012), esse meio permite que se realize qualquer transação, a qualquer hora do dia de qualquer local, oferecendo vantagens de comodidade, sem sair de casa, o *mobile banking* permite que os clientes acompanhem suas contas e saldos, realizem transações bancárias, efetuem pagamentos, monitorem seus cartões de crédito, o que acaba facilitando muito a vida das pessoas, assim mais de 90% dos entrevistados concordam que uma das vantagens das transações virtuais é poder realizá-las pelo celular.

Além de proporcionar maior comodidade, praticidade e agilidade, na assertiva 17 afirma que os meios eletrônicos também buscam oferecer uma maior segurança aos seus usuários, contudo, na presente pesquisa os participantes ainda não se sentem convencidos da segurança proporcionada por estes meios, assim 43% dos entrevistados discordam da segurança oferecida por estes meios. Em virtude disso Fontes e Nunes (2012) acreditam que os títulos de créditos virtuais configuram a modernização do tradicional direito cambiário e,

por isso, reclamam uma legislação específica, sob pena de surgirem questionamentos acerca da sua validade bem como a segurança jurídica na sua utilização.

Sobre a tecnologia de autoatendimento bancário, abordado na assertiva 18, esta encontra-se em constante evolução, segundo Abbade e Noro (2012), e isso impacta na necessidade de adaptação e acompanhamento por parte dos clientes, pois as mesmas acabam por proporcionar mais conveniência e facilidade para seus usuários, 43% dos entrevistados concordam um pouco e 20% concordam fortemente neste ponto.

Muitas vezes o nível de resistência na utilização do meio virtual está relacionado ao conhecimento, segurança e o acesso que as pessoas não possuem, abordados na assertiva 19, muitos até desconhecem algumas operações por possuírem um maior nível de complexidade, 50% dos entrevistados concordam um pouco que muitas vezes há essa resistência devido esses fatores e 45% concordam fortemente. Nesse contexto Abbade e Noro (2012) observam que a resistência às mudanças tecnológicas, onde os indivíduos adotam uma postura de inércia em relação à adoção das novas tecnologias, pode afetar o nível de utilização desses meios, visto que, o fato de se usar um meio novo faz com que a resistência às mudanças provoque rejeição, necessitando assim do conhecimento prévio da tecnologia a ser implantada.

Ainda constatou-se, na assertiva 20, que 83% dos correntistas concordam fortemente que os serviços mais utilizados nas tecnologias de autoatendimento são: saldos, extratos, pagamentos e transferência. Segundo informado no *site* da FEBRABRAN (2009), os serviços de caixa eletrônico comportam um terço de todas as transações bancárias.

#### **4.2 Resultado do questionário aberto aplicado aos bancários**

A pesquisa foi realizada nas agências do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Itaú do município de Picos-PI, com 1 (um) bancário responsável por cada instituição, os quais responderam a um questionário aberto composto por 7 (sete) perguntas discursivas. Nesse sentido, foram levantados dados referentes ao gênero, a faixa etária e o grau de instrução, enquanto informações iniciais. Em seguida, a temática central, que é a desmaterialização de créditos.

Assim são apresentados os dados mais relevantes da pesquisa com relação à utilização do cheque e do avanço dos meios eletrônicos sob a percepção dos bancários, oferecendo um maior número de informações a respeito do tema.

Os entrevistados possuem faixa etária entre 26 a 35 anos, todos do sexo masculino com grau de instrução em nível superior. De acordo com os 3 (três) bancários entrevistados é evidente o declínio da utilização do cheque, abordado na 4ª questão, devido a praticidade, rapidez e segurança dos demais meios de pagamento. De acordo o Banco 1 “desde 1995 até os dias atuais, houve uma redução de 75% no uso do cheque. A substituição do cheque por outros meios e a redução de estabelecimentos que aceitam cheques foram as principais razões para a diminuição do uso do mesmo.” Com isso confirma-se o pensamento de Nunes (2013), onde o mesmo afirma que a tecnologia trouxe novas possibilidades para armazenamento e transferência das informações, que se convencionou chamar de “era da informação”.

Conforme os entrevistados acerca da 5ª questão, onde se pretendia saber se os bancos buscam incentivar a utilização de meios eletrônicos, todas as respostas foram positivas levando em consideração que tais meios são mais práticos e possuem uma maior comodidade, no entanto apesar do incentivo, todos concordaram que a decisão final é sempre do cliente, mantendo sempre a boa relação entre ambos. Sendo assim Figueiredo e Artes (2008) confirmam que a evolução tecnológica tem sido bastante eficaz na desaceleração ao uso do cheque, indicando que a “cultura” do cheque intensamente presente no mercado brasileiro no século XX, está desaparecendo e dando lugar a um novo cenário dominado pelos eletrônicos.

Ainda buscou-se saber, na 6ª questão, as vantagens e desvantagens das formas de pagamento tanto tradicionais quanto eletrônicas. As vantagens citadas na utilização do cheque foram a inexistência de taxas da administração, a negociação com lojistas da data de pagamento da compra e a possibilidade de sustação em caso de algum problema, porém em contraponto possuem maior possibilidade de fraudes, número reduzido de estabelecimentos que o aceitam em detrimento do cartão de crédito, a insegurança e a demora na sua compensação. E é em razão desses fatores e da constante informatização que se observa a forte tendência da substituição desse título de crédito pelos meios eletrônicos que o superam nas vantagens, sendo elas a segurança, praticidade e comodidade.

A 7ª questão foi abordada a reforma do SPB, que na concepção de Triches e Bertoldi (2006) um sistema de pagamentos não adequadamente gerido, tem a capacidade de desestabilizar o sistema como um todo. E foi em vista disso que em 2002 foi feita uma reforma no SPB, nesta reforma foram aperfeiçoados diversos instrumentos financeiros existentes entre instituições e clientes possibilitando a redução do risco sistêmico e a criação da TED facilitando as transações em tempo real. Para os bancos entrevistados o TED substituiu em parte a utilização do cheque. Assim, pessoas, empresas, governo e instituições financeiras poderão transferir dinheiro para pagamentos, cobertura de saldos, aplicações e outras finalidades com mais segurança e sem a espera necessária ao processamento de cheques ou DOC(s) nos sistemas de compensação tradicional.

Quanto à 8ª questão que se refere ao princípio da cartularidade houve uma divergência entre os bancos, enquanto o Banco 2 discorda da possibilidade de extinção do princípio em questão, tendo em vista que nem todos os títulos serão emitidos exclusivamente em meios eletrônicos, concordando com Mamede (2008) que considera indispensável a existência da cártula ao exercício do direito nela contido. Já os Bancos 1 e 3 concordaram que o ideal é informatizar todos os dados, esclarecendo que a desmaterialização não se confunde com a inexistência, a inexistência refere-se a carência de existência, o que não ocorre na desmaterialização, que consiste simplesmente em não dar forma material a alguma coisa existente, o Banco 1 ainda complementa que “(...) é um equívoco acreditar que a desmaterialização do título de crédito o deixaria inválido. [...] o fato do título não se materializar em um documento, não lhe retira a capacidade de ser título de crédito (...)”. Portanto acreditando que a cartularidade pode vir a ser extinta.

Quando questionados na 9ª questão sobre os motivos de preferirem os meios eletrônicos, os motivos mais frequentes citados entre os bancários entrevistados foram praticidade, agilidade, programas de fidelidade e a possibilidade de divisão do valor da compra em várias vezes, sendo uma alternativa de crédito fácil. Complementando essas vantagens Fontes e Nunes (2007) salientam que estes meios servem de suporte mais prático e econômico para o armazenamento de informações visando facilitar às atividades rotineiras permitindo maior segurança e celeridade nos processos.

Entre os bancos houve um consenso, na 10ª questão, no que diz respeito às tarifas cobradas em cima do cheque estimulando a migração para outros meios de circulação de capital, negando tal possibilidade, pois de acordo os mesmos as tarifas são cobradas de acordo com o serviço utilizado, pré-estabelecido entre as partes, para uma maior eficiência, transparência e satisfação do cliente. Houve por parte do BACEN (2009) apenas um desestímulo da utilização do cheque, primeiramente em quantias altas com a reestruturação do SPB e posteriormente com a modernização dos meios de pagamentos existentes, mas não no aspecto de tarifação visando a migração dos meios tradicionais para os novos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho analisou o comportamento da utilização do cheque a fim de observar e analisar se este está realmente em desuso e quais meios de pagamento o estão substituindo. Com base nos resultados apresentados, verificou-se que o cheque, devido à globalização que exige maior celeridade nos negócios e as novas possibilidades trazidas pela tecnologia, vem perdendo sua importância no mercado. Em face disso, um dos bancários entrevistados afirmou que desde 1995 até os dias atuais houve uma redução de 75% no uso dessa forma de pagamento.

Além do mais, percebeu-se na Figura 1 que na década de 2000 sua queda foi acentuada devido principalmente à reformulação no SBP e a implementação da TED, resultado da modernização tecnológica. De acordo com a pesquisa feita, na assertiva 6 da Figura 5, 63% dos correntistas entrevistados concordam com o declínio gradativo dessa forma de pagamento.

Pode-se constatar que a desmaterialização dos títulos de crédito ocorreu junto com o desenvolvimento tecnológico, e devido à evolução constante da informatização o ordenamento jurídico apresentou a previsão legal de títulos através dos dados eletrônicos através da entrada em vigor do novo Código Civil em 10 de Janeiro de 2002 no Art. 889º §3º. É crucial lembrar também que a Medida Provisória Nº 2200-2 de 24 de Agosto de 2001, em seu Art. 10 §1º, foi clara quando não fez distinção entre o documento eletrônico e a cártula para sua validade.

Os cartões de pagamentos, as transferências eletrônicas, o amparo na legislação brasileira, os bancos virtuais e o comércio eletrônico, são fatores que contribuíram significativamente para o abandono das formas tradicionais de pagamento visando a rapidez nas transações comerciais e bancárias, praticidade e modernidade, pois a tecnologia conforme Abbade e Noro (2012) busca trazer mais conveniência e facilidade para seus usuários tornando os serviços mais cômodos e ágeis, permitindo assim um aumento na eficiência e eficácia dos processos.

Segundo os bancários entrevistados os motivos mais frequentes citados nas entrevistas que levam as pessoas a aderirem às novas formas de pagamento foram a segurança, praticidade, agilidade, programas de fidelidade e a possibilidade de divisão do valor da compra em várias vezes, sendo uma alternativa de crédito fácil, o que pesa a favor dos cheques são as altas taxas cobradas pelas credenciadoras de cartão de pagamentos e a negociação com lojistas da data de pagamento da compra.

Concluiu-se que uma das principais preocupações dos participantes da pesquisa tanto em relação ao cheque quanto aos meios de pagamento eletrônicos está na insegurança de utilizar estas formas de quitação de débitos, de acordo a pesquisa, 47% dos entrevistados sentem-se inseguros ao utilizar o cheque, conforme demonstra a assertiva 8 da Figura 5, e 43% dos participantes da pesquisa afirmam discordar um pouco e 23% discordam fortemente que os meios eletrônicos proporcionam uma maior segurança, como está explícito na assertiva 17 da Figura 6. Isso se deve ao fato da má-fé de algumas pessoas, quando não tem o intuito de quitar com as suas obrigações ou quando usam a identidade e senhas alheias para realizar transações virtuais. Porém, a tecnologia busca ajudar na diminuição das possibilidades de fraudes.

Dessa forma, mesmo com o avanço da tecnologia com o objetivo de melhorar as relações comerciais, restam questionamentos se as vantagens das formas eletrônicas superam as desvantagens para que os títulos em questão sejam de fato aceitos pela sociedade. Espera-se que as discussões a respeito deste tema possibilitem o seu desenvolvimento com respaldo jurídico, visando a maior circulação de riquezas, diminuição das fraudes a fim de aumentar a segurança das pessoas na hora do recebimento ou pagamento, a praticidade e agilidade nos negócios.

## REFERÊNCIAS

ABBADE, Eduardo Botti; NORO, Greice de Bem. Conhecimento, segurança, resistência e utilização de tecnologias de auto-atendimento bancário. **Revista de Administração**, v. 5, n. 3, p. 507-524, 2012.

ALVES, Sérgio Henrique. **Contrato eletrônico e Títulos de Crédito - Nova realidade Brasileira**. Goiânia:2009.

Disponível em:

<<http://www.ibrademp.org.br/img/UserFiles/File/ARTIGO%20CONTRATO%20ELETRONICO.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BACEN (2004). **A reforma do Sistema Brasileiro de Pagamento – SPB**.

Disponível em [http://www.bcb.gov.br/Banco Central do Brasil/SPBINTRO](http://www.bcb.gov.br/Banco%20Central%20do%20Brasil/SPBINTRO) >.

Acesso em: 10 dez. 2014.

BACEN (2009). **Visão geral do sistema de pagamentos brasileiro. jun. 2009**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SPBVISGER>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

BACEN (2013). **Pagamentos de varejo e canais de atendimento**.

Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/spb/InstrumentosdePagamento-Nota2013.pdf> >.

Acesso em: 15 jun. 2015.

BERTOLDI, Marcelo M. **Curso de direito comercial**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

BESERRA, Kelsilene Cristiane Abrantes Pires; MIRANDA, Maria Bernadete. Os aspectos relevantes do instituto do cheque. **Revista Virtual Direito Brasil**, v. 5, n. 2, p. 5-33, 2011.

BRASIL. **Código Civil 10 de janeiro de 2002**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L0556-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm)>

Acesso em: 14 dez. 2014.

BRITO, Alan. A reestruturação do sistema de pagamentos brasileiro e seus impactos nas instituições financeiras. **Revista Contabilidade e Finanças**, n. 28, p. 66-85, 2002.

COSTA, Zuleide Martinello da. Escolhas estratégicas em setor regulamentado: o serviço de compensação de cheques e outros papéis no sistema de pagamentos brasileiro. **Revista de Ciências da Administração**, v. 2, n. 4, p. 107-114, 2000.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Manual de direito comercial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FEBRABAN. Federação Brasileira de Bancos. **O setor bancário em números**.

Disponível em [http://www.febraban.org.br/Acervo1.asp?id\\_texto=214&id\\_pagina=85&palavra=>](http://www.febraban.org.br/Acervo1.asp?id_texto=214&id_pagina=85&palavra=>).

Acesso em: 15 jun. 2015.

FIGUEIREDO, Rafael Paganotti; ARTES, Rinaldo. A evolução do Sistema de Pagamento Brasileiro e o desaparecimento do Cheque: realidade ou exagero? In: **XXXII Encontro da ANPAD**, 2008, Rio de Janeiro/RJ. Anais... Rio de Janeiro: EnANPAD, 2008.

FONTES, Grazielly dos Anjos; NUNES, Lúcia Paula Faustino Matos. Uma análise da desmaterialização dos títulos de crédito com enfoque no direito comparado. **Revista Interface**, v. 4, n. 1, p.83-97. 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HANAUER, Cassiane Regina; ROMANCINI, Josiane. O uso do comércio eletrônico pelos professores, funcionários e alunos da Faculdade de Tecnologia SENAC de São Miguel do Oeste. **Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 2, n. 2, p. 90-100, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro: títulos de crédito**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MIRANDA, Maria Bernadete. **Curso teórico e prático dos títulos de crédito**. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MIRANDA, Maria Bernadete. A apresentação e o pagamento do cheque na Lei 7.357/85. **Revista Virtual Direito Brasil**, v. 1, n. 2, p. 5-14, 2007.

MOREIRA, Edison Marques. O novo Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB): redução do risco sistêmico. **Revista Indicadores Econômicos**, v. 30, n. 3, p.159-170, 2002.

MOURA, Alkimar R. Novo sistema nacional de pagamento reduz risco sistêmico. **Revista Tecnologia de Crédito**, São Paulo, p. 7-18, 2000.

NUNES, Cláudia Ribeiro Pereira. Virtualidade ou desmaterialização dos títulos de crédito na sociedade em rede e era da informação: teoria da “cártula” eletrônica, magnética ou digital. **Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global**, v. 2, n. 1, p.56-86, 2013.

RAMOS, André Luís Santa Cruz. **Direito empresarial esquematizado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SOUSA, Fernanda de.; PINTO, Silva. **O novo sistema de pagamento brasileiro: as importantes mudanças na economia brasileira**. Rio de Janeiro, RJ, 2003. Monografia de graduação. Universidade Candido Mendes.

TRICHES, Divanildo; BERTOLDI, Adriana. A evolução do sistema de pagamentos brasileiro uma abordagem comparada com os países selecionados no período 1995-2003. **Revista Economia Contemporânea**, v. 10, n. 2, p. 299-322, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 8 ed., São Paulo: Atlas, 2007.



**APÊNDICE A – Carta de apresentação aos participantes da pesquisa**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**  
**CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**Prezado/a Sr./a:**

Estamos realizando uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que tem por objetivo analisar os motivos pelos quais os instrumentos de pagamento de papel, com enfoque no cheque, estão entrando em desuso. Neste sentido, sua participação é inestimável e imprescindível para a realização deste estudo, haja vista que as respostas obtidas com os questionários são vitais para a conclusão do referido TCC.

Adicionalmente, é garantido total sigilo das informações coletadas com os questionários e os dados serão analisados em conjunto, não havendo a identificação no tratamento dos dados. Além do mais, reiteramos o componente puramente acadêmico da pesquisa.

Certos de sua compreensão sobre a importância do desenvolvimento desta pesquisa, agradecemos antecipadamente a atenção e aproveitamos para reiterar nossa estima e apreço.

**Discente: Mayhallen Cristhinna Rocha Piauilino**

Graduanda em Administração pela UFPI

Período letivo: 9º (2015.1)

**Discente: Rita de Kássia de Sousa Carvalho**

Graduanda em Administração pela UFPI

Período letivo: 9º (2015.1)

**Prof. M.e Fagunes Ferreira de Moura**

Orientador e Coordenador do Curso de Administração

Universidade Federal do Piauí – UFPI

Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB/Picos

MATRÍCULA SIAPE: 2140364

## APÊNDICE B – Questionário aplicado aos participantes da pesquisa



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**  
**CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**



### PARTE I – INFORMAÇÕES INICIAIS

#### Dados do entrevistado

**01) Gênero:**                   (1) Masculino                   (0) Feminino

**02) Faixa etária:**

- |                  |                      |
|------------------|----------------------|
| (1) 18 – 20 anos | (6) 41 – 45 anos     |
| (2) 21 – 25 anos | (7) 46 – 50 anos     |
| (3) 26 – 30 anos | (8) 51 – 55 anos     |
| (4) 31 – 35 anos | (9) 56 – 60 anos     |
| (5) 36 – 40 anos | (10) Mais de 60 anos |

**03) Maior nível de instrução obtido:**

- |                                      |                    |
|--------------------------------------|--------------------|
| (0) Sem instrução                    | (5) Curso Superior |
| (1) Até a 4ª Série (1º Grau Menor)   | (6) Especialização |
| (2) Da 5ª à 8ª Série (1º Grau Maior) | (7) Mestrado       |
| (3) Da 1ª à 3ª Série do 2º Grau      | (8) Doutorado      |
| (4) Curso Técnico                    |                    |

**04) Você sempre usou cheque?**           (1) Sim                   (0) Não

**05) Há quanto tempo você usa cheque?**

- |                   |                     |
|-------------------|---------------------|
| (1) De 0 a 2 anos | (3) De 5 a 7 anos   |
| (2) De 3 a 5 anos | (4) Acima de 7 anos |

Esse trabalho tem como objetivo identificar e analisar os motivos pelos quais os instrumentos de pagamento de papel, com enfoque no cheque, estão entrando em desuso. Esse estudo torna-se relevante devido a importância que o cheque teve na sociedade e ao grande número de negociações que ainda são realizadas através dele, mas que atualmente tornou-se visível sua constante decadência provocada pela grande mudança da informatização.

## PARTE II – FORMAS DE PAGAMENTO TRADICIONAS E ELETRÔNICAS

Considere a escala a seguir para identificar o **grau de concordância** com relação a utilização do cheque e dos meios eletrônicos, sob sua percepção:

### GRAU DE CONCORDÂNCIA

Discordo  
Fortemente

Concordo  
Fortemente



(1) Discordo Fortemente	(2) Discordo um Pouco	(3) Nem Discordo nem Concordo	(4) Concordo um Pouco	(5) Concordo Fortemente
-------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------	-----------------------------	-------------------------------

A respeito das formas de pagamento tradicionais e eletrônicas, informe o grau de concordância das seguintes assertivas:

06) O cheque está em declínio gradativo.	1	2	3	4	5
07) Uma das vantagens do uso dos cartões de créditos é a compra parcelada, que possui maior credibilidade no mercado do que o cheque pós-datado, facilitando a forma de pagamento.	1	2	3	4	5
08) A insegurança e a demora na hora da compensação dos cheques, são alguns dos fatores que favorecem o abandono dessa forma de pagamento.	1	2	3	4	5
09) Muitos empresários negam o cheque na hora do pagamento, devido a sua falta de credibilidade.	1	2	3	4	5
10) Ainda há receio dos pequenos comerciantes à aderirem aos novos meios de pagamento eletrônico, preferindo às formas tradicionais.	1	2	3	4	5
11) Os bancos passaram a cobrar tarifas mais altas em cima do cheque, a fim de estimular a migração deste para outros meios de circulação de capital.	1	2	3	4	5
12) Utilizo muito o cheque ainda.	1	2	3	4	5
A contribuição dada pelo comércio eletrônico e das transações virtuais na ampliação do uso dos cartões de crédito, influenciando, assim, o desuso do cheque. Informe o grau de concordância das seguintes assertivas:					
13) O acesso à <i>internet</i> contribuiu para mudança nos hábitos de pagamento.	1	2	3	4	5
14) Com o advento do banco virtual as transações financeiras tornaram-se mais práticas, rápidas e menos custosas, deixando, assim, de lado as formas tradicionais de circulação de capital.	1	2	3	4	5
15) O comodismo e a praticidade de comprar <i>online</i> , faz com que as pessoas utilizem mais os cartões de crédito.	1	2	3	4	5
16) Uma das vantagens das transações virtuais é a facilidade de realizar operações pelo celular a qualquer hora do dia.	1	2	3	4	5
17) Meios eletrônicos proporcionam uma maior segurança.	1	2	3	4	5
18) Como as tecnologias de auto-atendimento bancário estão em	1	2	3	4	5

constante evolução há a necessidade de adaptação e acompanhamento por parte dos clientes.					
19) O nível de resistência na utilização do meio virtual está relacionado ao conhecimento, segurança e o acesso.	1	2	3	4	5
20) Os serviços mais utilizados das tecnologias de auto-atendimento são: saldos, extratos, pagamentos e transferências.	1	2	3	4	5

## APÊNDICE C – Questionário aplicado aos bancários



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**  
**CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**



### PARTE I – INFORMAÇÕES INICIAIS

#### Dados do entrevistado

**01) Gênero:**                    (1) Masculino                    (0) Feminino

**02) Faixa etária:**

- |                  |                      |
|------------------|----------------------|
| (1) 18 – 20 anos | (6) 41 – 45 anos     |
| (2) 21 – 25 anos | (7) 46 – 50 anos     |
| (3) 26 – 30 anos | (8) 51 – 55 anos     |
| (4) 31 – 35 anos | (9) 56 – 60 anos     |
| (5) 36 – 40 anos | (10) Mais de 60 anos |

**03) Maior nível de instrução obtido:**

- |                                      |                    |
|--------------------------------------|--------------------|
| (0) Sem instrução                    | (5) Curso Superior |
| (1) Até a 4ª Série (1º Grau Menor)   | (6) Especialização |
| (2) Da 5ª à 8ª Série (1º Grau Maior) | (7) Mestrado       |
| (3) Da 1ª à 3ª Série do 2º Grau      | (8) Doutorado      |
| (4) Curso Técnico                    |                    |

## PARTE II – DESMATERIALIZAÇÃO DE CRÉDITOS

Considere o roteiro a seguir, com relação a utilização do cheque e dos meios eletrônicos, e comente sobre cada questão, sob sua percepção.

**04)** Diante do surgimento dos modernos instrumentos de pagamentos no mercado de consumo, é notável um declínio nos títulos de créditos tradicionais (cheques)? Se sim, sob o seu ponto de vista, como tem sido visto essa diminuição?

---

---

---

---

---

**05)** O banco busca incentivar a utilização de cheques ou dos meios eletrônicos? Justifique.

---

---

---

---

---

**06)** Cite as vantagens e desvantagens da utilização dos cheques e das formas de pagamento eletrônicas.

---

---

---

---

---

**07)** Em 2002 foi feita uma reforma no Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB). Fale sobre essa reforma e seu impacto na utilização do cheque.

---

---

---

---

---

**08)** Em decorrência da virtualização dos títulos de crédito, o Código Civil (2002, p. 93) “apresenta a previsão legal de títulos através de dados eletrônicos [...]”, é possível que ocorra a extinção do princípio da cartularidade, que é considerado por alguns autores como indispensável a posse do documento original para o exercício do direito ao crédito?

---

---

---

---

---

**09)** Quais os fatores que levam as pessoas a não utilizarem mais o cheque preferindo meios eletrônicos? Ou vice-versa.

---

---

---

---

---

**10) O Banco cobra tarifas para estimular a migração do uso do cheque para outros meios de circulação de capital?**

---

---

---

---

---



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
 ( ) Dissertação  
 ( ) Monografia  
 ( x ) Artigo

Eu, Mayhallen Cristhinna Rocha Piauilino e Rita de Kássia de Sousa Carvalho, autorizamos com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação A Mudança no Hábito de Pagamento das Pessoas Frente à Desmaterialização dos Títulos de Crédito: Um Estudo de Caso com Correntistas e Bancários de Picos - PI de nossa autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 28 de Outubro de 2015.

Rita de Kássia de Sousa Carvalho

Assinatura

Mayhallen Cristhinna Rocha Piauilino

Assinatura